



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Mossuz-Lavau, Janine

Sexualidade e religião: o caso das mulheres muçulmanas na França
Revista Estudos Feministas, vol. 13, núm. 2, maio-agosto, 2005, pp. 377-386
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38113211>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SEXUALIDADE E RELIGIÃO: O CASO DAS MULHERES MUÇULMANAS NA FRANÇA

JANINE MOSSUZ-LAVAU

CEVIPOF – Centre de Recherches Politiques de Sciences Po



Resumo: O texto apresenta dados de uma pesquisa realizada com mulheres migrantes que vivem na França. O foco da pesquisa é a relação entre sexualidade e religião, no caso de mulheres vivendo em situação de precariedade. As informações sobre essa população foram recolhidas utilizando-se o método de histórias de vida. O artigo salienta a relação negativa para as mulheres entre prescrições religiosas e exercício da sexualidade, especialmente para as muçulmanas.

Palavras-chave: islamismo, mulheres migrantes, direitos, sexualidade.

Meu propósito, aqui, é apresentar dados de pesquisas suscetíveis de nos esclarecer sobre a relação que existe entre sexualidade e religião no caso das pessoas que vivem, hoje, na França. A pesquisa de que disponho concerne apenas a uma parte da população – as mulheres em situação de precariedade, abordadas de maneira um pouco particular, que precisa ser explicada – e a algumas outras mulheres entrevistadas para recolher histórias de vida.¹

O contexto da pesquisa

Em novembro de 1997, realizou-se, em Paris, um colóquio intitulado “Mulheres e infecção de HIV na Europa”, organizado pela Direção Geral da Saúde da França em parceira com o Sida/Info/Service e o Centro Europeu de Vigilância Epidemiológica da Aids. Foi uma reação à constatação de que era particularmente alarmante o aumento da aids por via sexual entre as mulheres e que nenhuma medida preventiva tinha sido tomada até então. Em seguida a esse colóquio, a Direção Geral da Saúde lança a idéia de conduzir uma política de redução dos riscos sexuais (entendidos no sentido de gravidez/DST/aids) para as mulheres com dificuldade de prevenção, em parceria com o Programa de Planejamento Familiar. Concretamente, essa operação é conduzida da seguinte maneira:

Copyright © 2005 by Revista Estudos Feministas

¹ Para um desenvolvimento mais aprofundado sobre o assunto, cf. Janine MOSSUZ-LAVAU, 2002.

umas 50 animadoras² do Planejamento Familiar foram especialmente formadas, devendo cada uma delas fazer funcionar, por dois anos (1999 e 2000), cinco grupos de discussão de mulheres com dificuldade de prevenção. Formou-se um grupo de discussão constituído de 10 a 12 mulheres recrutadas nos centros sociais, albergues, restaurantes de caridade, estruturas de reinserção das Rmistes,³ associações de imigrantes, etc. Uma animadora do Planejamento passa com elas, durante sete semanas seguidas, meio dia por semana, para falar dos seus corpos, da sexualidade, da contracepção, de DST, da aids, da relação com o ginecologista.

Uma das muitas originalidades desse programa consiste no fato de ser avaliado, e se decidiu que seria avaliado desde o início de seu funcionamento. Essa tarefa me foi confiada.⁴ Assim foi que se deu a minha intervenção: por ocasião da primeira oficina de um grupo de discussão, fiz passar um questionário para saber quem eram essas mulheres e obter informações sobre a sua vida sexual. Eu fazia (por intermédio de duas estudantes que trabalhavam nessa área comigo) entrevistas individuais do tipo semi-diretivo, em certos grupos, sobre a vivência sexual dessas mulheres. Fazia passar questionários de avaliação (*bilan*) por ocasião da última reunião e fazia igualmente entrevistas de avaliação (*bilan*) com as mulheres interrogadas por ocasião da primeira oficina.

Recolhi assim um material 'raro', porque se atinge, aqui, o 'ponto cego' da maioria das pesquisas sobre sexualidade. De fato, as mulheres que participaram do programa tal como foi desenvolvido em 1999 (ano da avaliação do processo) estão, por causa das estruturas através das quais foram solicitadas, em situação de precariedade; trata-se de toda uma camada da sociedade sobre a qual se dispõe de poucas informações. Essa pesquisa permite especialmente pôr em evidência um certo número de dados sobre o perfil sexual de mulheres muçulmanas, bem diferente do das católicas ou das sem religião. Com efeito, enquanto há aproximadamente 7% de muçulmanos na França, 27,2% deles estão entre as mulheres de grupos de discussão.

O relatório concernente ao primeiro ano de funcionamento do programa foi entregue, em maio de 2000, à Direção Geral da Saúde/Divisão Aids.⁵ Após essa data, continuei a pesquisa sobre os comportamentos sexuais de categorias não compreendidas no programa, a saber os homens, bem como as mulheres de meios menos desfavorecidos, o que me permite distinguir especialmente as mulheres muçulmanas em situação de precariedade das que estudaram e ocupam profissões intermediárias ou quadros superiores/profissionais liberais. Nessa segunda parte da pesquisa, recorri a uma metodologia um pouco diferente, pedindo às pessoas entrevistadas que contassem a história de sua vida amorosa e sexual (da primeira até a última relação sexual).

É a partir desse conjunto de material que darei um certo número de informações sobre as relações que podem se estabelecer entre sexualidade e religião.

² Animadoras do planejamento familiar são mulheres remuneradas pelo Programa de Planejamento Familiar, para receber mulheres que necessitam de conselhos na área da contracepção e da interrupção voluntária da gravidez.

³ Pessoas desempregadas que se beneficiam de um salário mínimo de inserção (Revenu Minimum d'Insertion – RMI).

⁴ Foi feito um convênio, em dezembro de 1998, entre o Ministério do Emprego e da Solidariedade e a Fundação Nacional das Ciências Políticas, onde se encontra meu laboratório de integração (*rattachement*), o CEVIPOF.

⁵ Janine MOSSUZ-LAVAU, 2000.

Abordagem quantitativa e qualitativa da sexualidade de mulheres em situação de precariedade

Na França, o islamismo é a segunda religião (depois do catolicismo), em razão da presença de imigrantes, muitos dos quais instalados nesse país há várias gerações. São originários da África do Norte e da Turquia, onde as mulheres têm menos direitos que os homens, e suas tradições se perpetuam quando vivem na França. Neste artigo, veremos que as prescrições concernentes à sexualidade levam, efetivamente, a discriminações contra as mulheres.

Tratar-se-á, aqui, de apresentar a relação entre religião e sexualidade das mulheres em situação de risco, distinguindo-as segundo a religião, tal como indicada por elas mesmas no questionário preenchido por ocasião da primeira etapa do programa de redução dos riscos sexuais, completando-se os dados com as informações comunicadas nas entrevistas.

Antes de apresentar essas relações, convém dar algumas informações gerais sobre a população estudada, colhidas na pesquisa por questionários efetuado por ocasião dessa primeira etapa. Como era de se esperar, tendo em vista os 'lugares' onde essas mulheres foram encontradas, elas são muito menos diplomadas do que a população feminina global e têm também menor taxa de ocupação. A taxa de desemprego, que era de 12,5% em dezembro de 1999 para o conjunto das mulheres na França, eleva-se, entre as mulheres dos grupos de discussão, de todas as faixas etárias, a 56,5%. Enfim, quando trabalham elas recebem baixos salários como empregadas ou operárias. Mas esses diversos traços, e alguns outros importantes para o conhecimento dessa população, não estão igualmente repartidos segundo a religião declarada pelas mulheres em situação de risco. As muçulmanas são as que se casam em maior número, e um número insignificante de mulheres (0,8%) são amigadas, situação fortemente proibida nessa religião. As sem religião encontram-se mais nesta última situação, como se o fato de não ter de se submeter a normas religiosas autorizasse escolhas mais diversificadas. As muçulmanas são também as que mais freqüentemente se declaram não francesas (62,4% contra 0,7% de católicas e 6,8% das sem religião). Elas, também, junto com as protestantes, são as menos diplomadas, e é preciso assinalar que entre as protestantes figura um certo número de ciganas de vida sedentária, adeptas da Igreja Evangélica, e que explicam o seguinte nas entrevistas: "no nosso meio não se vai à escola, nem se trabalha". A relação com a atividade profissional decorre da diversidade desses níveis de educação: as católicas e as sem religião trabalham mais; e, entre as protestantes e muçulmanas, mais da metade são mulheres "do lar" (contra menos de uma em cinco entre as católicas).

Essas mulheres, portanto, estão em situações mais ou menos diferentes segundo suas pertenças religiosas, e sua relação com a sexualidade pode variar sensivelmente. Se nos interessarmos inicialmente pela idade na primeira relação, veremos que a religião desempenha um papel importante na determinação do momento em que se inicia a vida sexual: as sem religião dão provas da maior precocidade sexual – 25,9% tiveram sua primeira relação sexual aos 15 anos ou menos, contra 6% das protestantes, 7,8% das muçulmanas e 19,5% das católicas. O fato de estar afastada da religião poderia levar a negligenciar os interditos que ainda podem pesar contra a sexualidade das mais jovens. As muçulmanas são as mais numerosas a responder "nunca" ou a não responder à questão, porque sentem que isso não lhes diz respeito, sinal de que as mais jovens devem se conformar com a regra segundo a qual devem chegar virgens ao casamento. Se calcularmos, para aquelas que tiveram relações sexuais, a idade média da primeira relação, veremos que ela se eleva a 18 anos entre as católicas, 17,9 anos para as protestantes, 19,6 anos para as muçulmanas e 16,8 anos para as sem religião. As muçulmanas estão acima da idade

média, visto que não podem ter relações antes do casamento. Quanto ao número baixo das sem religião, isso remete à relação já citada que pode existir entre desafeição em relação à religião e liberalismo cultural. A prescrição em vigor na religião muçulmana (a virgindade até o casamento) não é, aliás, integrada somente no discurso dos pais. Pode ser igualmente reivindicada pelas próprias jovens. Uma delas o explica assim:

É a honra da família [...]. É assim que é. Não se deve procurar compreender [...]. Para nós, é tão lógico que a questão nem se coloca. É como se, quando se levanta de manhã, é preciso comer, é preciso sair.

Mas várias entre elas acrescentam que não se mostram presas à virgindade unicamente para responder à exigência de seus pais, que elas mesmas fazem questão disso, que se trata também de suas próprias convicções: "Mesmo eu, pessoalmente, diz uma delas, é o que quero [...]. Não é nem mesmo em vista de meus pais. É em vista de mim mesma". Uma outra vai ainda mais longe, declarando-se "muito ligada à religião [...]. Prefiro esperar o casamento [...]. Acho mais higiênico, muito higiênico. Acho mesmo que é até um pouco sujo". Uma última diz: "Tenho meus princípios e faço questão de respeitá-los. Tenho também a minha honra. Não é pelo fato de não estar com minha família que devo perder minha honra". Dito isso, ela acrescenta lembrando seu pai: "Sua filha não é mais virgem? Mas ele me teria matado".

No entanto, essas jovens têm seus namoradinhos com quem trocam carícias diversas. Mas elas deixam claro o interdito. Uma delas, de 19 anos, explica:

Eles queriam ter relações sexuais porque há certas moças árabes que, de fato, não estão nem aí com a religião, mas eles sabem muito bem quais as moças com quem é preciso ter cuidado e aquelas com as quais não é preciso ter cuidado. Quanto a mim, quando saio com um rapaz, ele sabe, eu ponho logo os pingos nos is... Eles sabem, logo, que isso não irá muito longe.

Entretanto, as regras são em alguns casos transgredidas, não sem dificuldade, às vezes, para aquelas que deram um passo a mais. Uma jovem muçulmana que tem relações sexuais, na maior clandestinidade, com um jovem muçulmano diz que não só não tem prazer nenhum, como também sofre terrivelmente durante e depois das relações. Ela se sente mal e depois, diz, "isso me arde e mal posso me sentar". Ela mesma relaciona seu sofrimento com a transgressão representada pelo seu comportamento: "Entre nós, isso não se faz, ter relações sexuais antes do casamento". Tem-se a impressão, ao escutá-la, de que ela se castiga de alguma forma por ter abandonado as regras em vigor na sua comunidade, não obtendo o que esperava e só experimentando, mesmo, o sofrimento.

Pode-se assemelhar esse caso ao de uma outra jovem muçulmana que tem 32 anos e está casada há 11 meses. Ela foi operada porque seu hímen era "muito fechado" e engravidou sem que tivesse uma penetração completa porque não a suporta. Ela explica longamente o que sente quando seu marido tenta penetrá-la:

Me dá medo e me faz mal ao mesmo tempo [...]. Porque para nós, porque sou de origem marroquina, para nós a mulher deve ser virgem, deve permanecer virgem até o momento do casamento, isso é muito importante [...]. Não tenho experiência sexual e, além disso, comigo isso é um pouco difícil, eu rejeito, tenho a impressão que se rasga alguma coisa. Como não conheço nada do meu corpo, tenho a impressão que me rasgam por dentro, é por isso que rejeito, não deixo ir até o fim.

Ela expõe um pedido muito preciso: que lhe permitam saber como é sua vagina, por que acha que, se tivesse maiores conhecimentos, ficaria imaginando menos "as coisas".

SEXUALIDADE E RELIGIÃO: O CASO DAS MULHERES MUÇULMANAS NA FRANÇA

De maneira geral, não se fala de sexualidade com as crianças nas famílias muçulmanas, e várias mulheres contam com a escola para abordar esse tipo de problema. Uma delas diz que não fala de sexualidade com seus filhos porque “eles já ouvem falar disso na escola, então não têm vontade de falar e eu também não”. Ela, no entanto, fica dividida, porque ao mesmo tempo diz de sua filha: “Acho que aos 12 anos ela sabe demais”. Mas reconhece também que “é bom que a ensinem”. Outra muçulmana dá testemunho de uma posição bem mais hostil:

Para nós, é vergonhoso, não se fala dessas coisas. É assim, bom, há livros na escola, fala-se disso, mas para nós isso é vergonhoso, não se fala nisso, papai, mamãe não falam dessas coisas.

Uma outra, que tem uma filha de 19 anos, diz que também não pode “abordar uma coisa como essa” com a filha. “Nós, os muçulmanos, ficamos virgem até o casamento, então não se fala dessas coisas”. Esse bloqueio no nível da palavra sobre a sexualidade leva, aliás, uma delas a mentir para sua filha. Esta, de fato, não pára de lhe perguntar como se fazem os bebês. Da primeira vez ela respondeu que não sabia, mas a menina não desanimou e perguntou: “Como é que você me fez sair?” Ora, essa criança tinha nascido por cesariana. Daí o diálogo que se segue entre a mãe e a filha:

Elá passou as férias todas me perguntando isso. Outro dia ela me disse: “como é que eu saí?” Eu disse: “pelo ventre”. Elá me disse: “não, não é verdade”. Eu disse: “veja” e lhe mostrei. “É verdade”, me disse ela, “certo, eu acredito em você, mas nos filmes não é isso que eu vi.” Não consigo encontrar as palavras, não queremos contar tudo aos nossos filhos [...]. Sou pudica.

Sabe-se, por estudos recentes, que se adota mais facilmente uma atitude de prevenção quando se fala de sexualidade durante a infância e a adolescência. Nesse sentido, Beatrice Ducot e Alfred Spira mostraram que, “entre os homens *multi-partenaires*,^{*} 21,2% se protegem quando ouviram falar de sexualidade na infância, contra 14% em caso contrário”.⁶ Nas famílias onde se ouve falar de sexualidade, as atitudes são em geral mais liberais. A palavra vai a par de práticas mais livres que podem acrescentar relativamente uma gestão prudente da sexualidade. Na adolescência, no momento de fazer a sua entrada na vida sexual, ou antes, quando elas têm as suas primeiras regras, muitas jovens se vêem, às vezes, em situação difícil. As mais jovens, entre elas, que freqüentam os grupos de discussão muitas vezes dão testemunho nesse sentido.

Uma delas, muçulmana de 23 anos, e que nunca falou de problemas sexuais com sua mãe, lembra assim as suas primeiras regras: “A primeira vez, sim, falei com minha mãe. Eu lhe disse: ‘há sangue vermelho assim’. Elá me disse: ‘são as regras’”.

Uma outra nem falou para sua mãe. Elá disse à sua prima: “Tenho sangue”. E acrescenta: “Eu nem mesmo sabia o que era isso”. Para algumas, o choque foi mais violento: “Berrei pela casa toda”. Se reinar o não-dito, as regras são aguardadas com angústia em certas famílias. Em um desses grupos de discussão, uma mulher, jovem magrebina, lembra uma moça sua conhecida que, aos 13 anos, não tendo ainda tido as regras (e nem sabendo, além disso, de sua existência), foi violentamente surrada pela mãe que achava que ela tinha “ido com um homem” e estava grávida.

Na questão da sexualidade, o silêncio caracteriza muito particularmente as famílias muçulmanas. As três jovens dessa religião encontradas no decurso da pesquisa indicam,

* *Multi-partenaires*: homens que têm mais de uma parceira (Nota da Editoria).

⁶ Béatrice DUCOT e Alfred SIRA, 1993, p. 1488.

todas (com uma exceção talvez), que não falam jamais desses assuntos em família, mas que, em compensação, eles são o centro das conversas entre as amigas. São todas obcecadas com a sua noite de núpcias, imaginando o que vai acontecer. Várias falam de sentimentos que confinam com a angústia:

Nosso assunto principal é a primeira vez, porque todas temos medo do casamento, enfim, não, não do casamento, mas da primeira vez. Por isso, de fato, só falamos disso.

O número de parceiros ao longo da vida depende também fortemente da religião. Com efeito, 61,6% das muçulmanas só tiveram um parceiro em toda a vida, contra 20% das católicas e 14,9% das sem religião. Por outro lado, encontra-se uma proporção elevada de protestantes que declaram ter tido apenas um parceiro. É preciso lembrar o peso das ciganças sedentárias nessa categoria religiosa, pois elas também devem ser virgens até o casamento e totalmente fiéis ao seu companheiro. Calculando-se o número médio de parceiros, para aquelas que tiveram relações sexuais no mínimo uma vez, vê-se que ele se eleva a 4,5 entre as católicas (5,7 se forem contadas as duas mulheres que tiveram um passado de prostituição), 2,5 entre os protestantes, 1,4 entre as muçulmanas e 5,3 entre as sem religião. Haveria, portanto, uma ligação bastante estreita entre a pertença religiosa e o número de parceiros sexuais que se teria no curso da vida. A religião muçulmana seria a mais coerciva a esse respeito, e a total indiferença em relação à religião permitiria, ao contrário, uma passagem mais fácil de um parceiro a outro.

Outro aspecto dos comportamentos sexuais deve ser levado em conta – a freqüência das relações sexuais, medida aqui da seguinte maneira: perguntava-se às mulheres dos grupos de discussão quando tinham tido a última relação sexual e elas podiam responder “a menos de uma semana”, “a menos de um mês”, “a menos de três meses”. Só daremos aqui, evidentemente, os resultados daquelas que tiveram relações no mínimo uma vez. Ainda aí a religião imprime sua marca: 69,7% das muçulmanas declararam uma relação sexual remontando a menos de uma semana, contra 50,6% das católicas, 52% dos protestantes e 54,1% das sem religião. A importância do fator religioso é confirmada pelas entrevistas, nas quais a questão da data da última relação é colocada e geralmente as mulheres muçulmanas respondem que “foi ontem à noite”, “foi há dois dias”. Uma delas, de 59 anos, por outro lado, exclamou: “Oh, agora somos velhos, fazemos muito menos freqüentemente, não fazemos mais do que uma vez por semana”. De fato, essas mulheres atestam uma demanda quase quotidiana de seus maridos e explicam que, às vezes (ou freqüentemente?), bem que gostariam de não atender (porque estão cansadas, porque não têm vontade), mas que elas não têm esse direito (na sua religião, isso “não se faz”), o que, às vezes, cria problemas. Algumas sabem resistir; outras não têm escolha.

Não causa surpresa, portanto, saber que 22,5% das muçulmanas não tiveram desejo nessa última relação, contra 18% das católicas e 13,9% apenas das sem religião. Devido à sua religião e à submissão das mulheres admitida por elas, as primeiras, em comparação com as outras, são um pouco mais freqüentemente constrangidas, ou não têm desejo.

Uma turca constata:

Temos a obrigação de satisfazer nossos homens para que não procurem outras, não temos escolha. Por outro lado, isso nos é imposto pela religião. Não podemos recusar, não podemos recusar nosso marido.

Uma cigana sublinha que, mesmo quando tem sono, não se permite dizer não porque “isso não se faz entre nós, recusar seu marido”. Uma muçulmana também sublinha que, da última vez, seu marido acordou-a às quatro horas da manhã e não lhe cabia dar sua opinião. Essas mulheres integraram completamente a idéia de que está fora de questão

SEXUALIDADE E RELIGIÃO: O CASO DAS MULHERES MUÇULMANAS NA FRANÇA

deixar de cumprir o “dever conjugal”. Isso faz parte, a seus olhos, das relações “normais” que existem entre um marido e uma mulher.

Algumas tentam escapar ao que elas consideram como uma coerção por meio de astúcia, mas o resultado não corresponde forçosamente às suas esperanças. Em um dos grupos de mulheres em que essa questão da “obrigação” de se submeter aos desejos dos homens foi colocada por algumas, uma muçulmana contou que ela tinha um “truque”: usa um absorvente e dessa maneira leva o marido a crer que esteja menstruada e, assim, ele não a toca. Mas uma outra lhe retrucou que ela também, quando tenta usar um absorvente, seu marido verifica, tira o absorvente e, se não há sangue, bate nela e a estupra.

A prevenção contra os riscos sexuais também não é praticada da mesma forma por todas as mulheres. No que concerne à gravidez, são as sem religião (76,6%) e as católicas (75,5%) que se protegem mais, contra 34,4% das muçulmanas, que são aparentemente mais dispostas que as outras a aceitar uma nova gravidez. Para avaliar a proteção contra os riscos sexuais (gravidez, DST, aids), foi perguntado às mulheres dos grupos de discussão se elas tinham usado preservativo por ocasião de sua última relação sexual. Vê-se que sua utilização varia com a obediência religiosa. Se 27,3% das católicas e 21,5% das sem religião utilizaram um preservativo por ocasião de sua última relação sexual, somente 9,3% das muçulmanas e 6,9% das protestantes o fizeram. As muçulmanas (como, aliás, as adeptas ciganas da Igreja Evangélica) apresentam freqüentemente a mesma justificativa: dizem que são fiéis e que seu marido é fiel, e portanto não sentem necessidade de proteção. Nas entrevistas, a referência à fidelidade recíproca é repetida regularmente pelas mulheres que não pensam muito em pedir ao seu parceiro o recurso ao preservativo. É o caso, por exemplo, das ciganas, entre as quais uma se mostra particularmente peremptória a esse respeito:

Aquele com quem vivo não me deixa. Está o tempo todo comigo, eu o conheço. Ele se levanta, vai ao café, volta. Me ajuda na cozinha, nunca sai, depois vê a tevê até o dia seguinte. Eu sei que ele não vai. Se eu sei disso, eu o ponho pra fora, não o quero mais. Se ele tiver freqüentado uma francesa assim, eu não o quereria mais [...]. Ele vai ver só se não for fiel.

Outras muçulmanas se questionam. Uma cujo marido está sempre se deslocando a trabalho diz que ela espera não ser exposta ao risco da aids, mas acrescenta:

É homem, é como todos os homens, nunca se sabe, certas coisas podem acontecer mas tenho medo, tenho medo verdadeiramente. Isso não quer dizer que não tenho confiança em meu marido, mas é um homem, é como todos os outros, portanto.

Sendo assim, ela jamais pensou em se proteger e pensa que seu marido não haveria de querer usar um preservativo. Em suma, o argumento apresentado por essas mulheres que vivem uma união estável é o da confiança recíproca.

Religião e a importância do capital escolar

As informações recolhidas por ocasião da implantação desse programa de redução dos riscos sexuais concernem, não se deve esquecer, às mulheres em situação de risco. Portanto, todos os resultados fornecidos aqui e que mostram especialmente a relação específica das mulheres muçulmanas com a sexualidade devem ser situados nesse cenário bem preciso dos meios mais desfavorecidos, pouco escolarizados, pouco ativos (no sentido de atividade profissional) e que são muito observantes em relação às normas culturais e religiosas. Essas informações não dão, portanto, uma imagem do conjunto das mulheres muçulmanas que vivem na França, mas apenas a imagem das mais economicamente e

culturalmente carentes, e muito particularmente das que são as mais dependentes de um cônjuge ou de seus pais, no caso das mais jovens. Sua sexualidade está muito sujeita aos preceitos religiosos que parecem ser particularmente respeitados nos meios mais desfavorecidos. Uma mulher de origem algeriana que cresceu na França me dizia, por exemplo, de seu espanto, por ocasião de suas primeiras férias na Argélia, “ao ver até que ponto eles tinham mudado. Fomos educadas nos modelos que estacionaram nos anos 50”. Seria interessante explorar esta pista: há realmente, por razões de identidade, um particular respeito pelas normas antigas que permitem sentir-se protegido contra uma cultura à qual não se quer aderir?

Uma outra interrogação concerne às mulheres muçulmanas, ou as que, pelo menos, cresceram na religião muçulmana e que fizeram seus estudos superiores e ocupam hoje postos de responsabilidade. Em que medida sua relação com a sexualidade difere da de suas irmãs que vivem em situação precária? Há mudança de comportamento quando muda a situação socioeconômica e esta é acompanhada por mudança de relação com a religião de origem?

Para tentar responder a essas questões, realizei entrevistas com mulheres de origem marroquina ou algeriana que fizeram estudos universitários e ocupam cargos importantes ou exercem profissão intelectual superior. No conjunto, elas ‘adaptaram’ os preceitos religiosos ao seu novo status. As menos desligadas da religião, fazem dela uma ‘questão pessoal’; as outras, a rejeitam totalmente. Particularmente interessante é que a sua relação com a sexualidade parece evoluir no mesmo sentido: a liberdade reivindicada nesse domínio vai a par com o afastamento da religião. Uma executiva declara que “a religião é muito pessoal”, que ela não tem de “prestar contas a ninguém”, faz o ramadã quando pode, quando seu trabalho lhe permite. Ela teve relações sexuais antes do casamento com seu futuro primeiro marido, divorciou-se, teve, então, uma aventura, e depois se casou de novo com um marroquino. Uma outra, universitária, diz que se interroga sobre Deus, sobre sua fé. Ela celebra, em família, “as festas da religião muçulmana, mas é mais uma questão de cultura, de ritual, de pertença, de uma narrativa de origem”. Ela é divorciada, casada de novo, e teve entre seus dois casamentos uma trintena de amantes. No outro extremo, uma diretora artística diz ter uma espiritualidade, mas que não é mais muçulmana e não tem nenhuma prática. Foi casada duas vezes, ficou logo viúva de seu primeiro marido, deixou o segundo e teve, no total, uma dúzia de parceiros (quase todos franceses, com exceção de seus dois maridos). Vive muito livremente com um homem depois de outro. A última de que falaremos aqui diz que não é mais crente, nem praticante, mas permanece “de cultura”. Ela teve relações sexuais antes do casamento, desposou um francês do qual se separou e teve uns trinta parceiros.

Elas manifestaram bem cedo sua independência em relação ao meio de origem: uma tendo relações sexuais quando era estudante e ainda não casada (em dado momento, com dois homens ao mesmo tempo); uma outra impondo seu casamento com um homem a quem amava, mas cuja família não aceitava, e desaparecendo com ele por dois dias após a cerimônia para evitar especialmente a exposição do lençol. Uma terceira fez amor com seu marido antes do casamento. No conjunto, as que levam uma vida muito livre não falam dela com sua família de origem, nem mesmo, às vezes, com suas irmãs. Elas localizam com precisão as barreiras que não devem ser transpostas com palavras se quiserem ter paz.

Conclusão

Uma mesma religião de origem poderá, portanto, levar a comportamentos sexuais diferentes conforme se esteja em situação de precariedade, dependente de um homem, não diplomada, ou conforme se é financeiramente independente e detentora de um capital escolar que permite escapar mais facilmente das normas em vigor na religião de origem. Sabe-se, pelos estudos dos cientistas políticos, que o liberalismo cultural é tanto mais elevado quanto mais alto o nível de escolaridade.⁷ No caso das mulheres educadas na religião muçulmana que vivem na França, a regra é mais válida ainda porque o fato de continuar os estudos superiores as imerge em uma outra cultura, com outros valores. E também o fato de conquistar uma independência financeira que não é proporcionada por um marido as leva a integrar outras normas em matéria de independência. Embora a religião muçulmana prescreva comportamentos muito codificados, valores que não sofrem nenhuma acomodação no que concerne à sexualidade das jovens, vê-se que pode ser vencida, mesmo à custa de grandes dificuldades, pela Universidade e pela atividade profissional em postos de responsabilidade. Religião e sexualidade entretêm relações fortes, mas complexas, que devem obrigatoriamente ser analisadas levando-se em conta o capital escolar das mulheres entrevistadas.

Todas as mulheres apresentadas aqui foram educadas na religião muçulmana, mas para aquelas que estão em situação de precariedade tudo se passa como se essa religião em que crêem e que praticam fosse o seu único quadro de referência, não estivesse em concorrência com outros sistemas de valores e determinasse, portanto, por isso mesmo, uma observância muito estrita dos valores em vigor em matéria de sexualidade. Para aquelas que se situam no outro pólo, isto é, que fizeram estudos superiores e ocupam postos de responsabilidade, a relação com a religião parece ter evoluído: ela é, para as menos afastadas, reinterpretada 'pessoalmente' e não as impediu, por exemplo, nem de se divorciar, nem de ter amantes. Outras se afastaram completamente a ponto de não ter mais nem práticas, nem crenças. E estas levam uma vida sexual extremamente livre, especialmente com franceses nativos, o que é interdito na religião de origem. Essas mulheres podem se sentir ligadas a uma cultura porque cresceram nesse sistema, mas se efetuou uma ruptura com os preceitos concernentes à sexualidade e elas não vivem de maneira diferente das francesas do mesmo nível sociocultural entrevistadas nesta pesquisa.

Poder-se-ia sugerir, para concluir, que, pelo menos no caso da religião muçulmana, a detenção de um forte capital escolar tenderia a afastar as mulheres de uma observância estrita das práticas religiosas e a levá-las, ao mesmo tempo, a abandonar os preceitos em vigor em matéria de sexualidade. Em todo caso, nas mulheres detentoras desse capital, que ocupam postos de responsabilidade, não se encontra traço do esquema "nada de relações sexuais antes do casamento/um só parceiro: meu marido", que prevalece nos meios da precariedade. Se um nível escolar elevado e uma autonomia socioeconômica não afastam necessariamente da religião (mesmo se esta tende a ser reinterpretada em termos de 'cultura'), eles constituem, em todo caso, um obstáculo de monta para a conservação das prescrições concernentes à sexualidade. Tudo se passa como se estas prescrições não pudessem perdurar diante dos novos valores destilados na passagem pela Universidade e pela independência financeira.

⁷ Gérard GRUNBERG e Étienne SCHWEISGUTH, 1990.

Referências bibliográficas

- DUCOT, Béatrice; SIRA Alfred. "Les comportements de prévention du Sida. Prevalence et facteurs favorisants." In: BOZON, Michel; LERIDON, Henri (coordinateurs). *Sexualité et sciences sociales*. Paris: INED-PUF, sept./oct. 1993. Population, n. 5.
- GRUNBERG, Gérard; SCHWEISGUTH, Étienne. "Libéralisme culturel et libéralisme économique." In: BOY, Daniel; MAYER, Nonna (éd.). *L'électeur français en questions*. Paris: Presses de Sciences Po, 1990.
- MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Uma política de redução dos riscos sexuais para as mulheres com dificuldade de prevenção*. Relatório para a Direção Geral da Saúde da França, maio 2000. 174 p.
- _____. *La vie sexuelle en France*. Paris: Les Éditions de la Martinière, 2002.

Sexuality and Religion: The Case of The Muslim Women in France

Abstract: In France, the Muslim religion is the second one (after Catholicism) because of the presence of many immigrants from North of Africa and Turkey, usually living there for more than one generation. In their countries, women have fewer rights than men, and this tradition is perpetuated when they live in France. This article intends to show that the prescriptions about sexuality lead to women's discrimination.

Key Words: Muslim religion, women immigrants, rights, sexuality.

Tradução de Margarida Oliva